

O viés histórico da literatura e do jornalismo. Uma análise da modernização da capital brasileira na Primeira República

Leandro do Carmo Quintão
Kellen Jacobsen Follador

Introdução

A literatura há muito tempo é valorizada pelos historiadores devido a sua grande contribuição na construção do conhecimento histórico, uma vez que permite, por exemplo, se conhecer o cotidiano e o pensamento dos homens que viveram em uma determinada época. Os historiadores Nicolau Sevcenko e Sidnei Chalhoub são destaque no contexto brasileiro no que se refere à utilização dos escritos literários como fonte histórica. O livro *Literatura como missão*¹ de Nicolau Sevcenko publicado inicialmente em 1983 amargou à época o preconceito tanto de historiadores que não consideravam os escritos literários como passíveis de fonte histórica, quanto de estudiosos da literatura que acreditavam desmerecer as características da estética e criatividade literária se “reduzissem” a literatura a um mero relato dos acontecimentos.

Os anos se passaram e as pesquisas desses historiadores conquistaram o respeito e a admiração do público acadêmico reafirmando sua importância na construção da história brasileira, destacadamente à Primeira República e à *Belle Époque* carioca.

Sobre a importância da literatura como fonte histórica, corroboramos com os escritores Machado de Assis e Olavo Bilac (apud Pereira, 2003: 67) que em agosto de 1895 destacaram a importância do romance *Miragem* de Coelho Netto como fonte histórica. Machado de Assis denota que parte do interesse da obra estava “na vista imediata das cousas, cenas e cenários”² que retratava. Enquanto que Bilac afirmava ser a obra mais que um romance, pois, “é de algum modo um livro de memórias, em que o escritor, sob um tênue véu de ficção, quis perpetuar a impressão de

acontecimentos que viu e sentiu e estudou” constituiria, por isso, “um documento histórico do mais alto valor, porque fotografa com uma fidelidade escrupulosa uma das mais curiosas fases da vida nacional”.³

Tendo em vista a importância dos estudos literários na interpretação histórica, esse artigo tem como objetivo analisar a contribuição da literatura contemporânea à Primeira República, especialmente a barretiana, na interpretação sobre as mudanças e conflitos sociais ocorridos nos primeiros anos de governo republicano, como também, no período conhecido como *Belle Époque*.

O recorte temporal se estende das últimas décadas do século XIX até a primeira do século XX, e, o cenário vislumbrado é a cidade do Rio de Janeiro, então capital da República e abrigo de quase totalidade dos escritores brasileiros. À luz de Sevckenko (2003), suporte teórico principal desse artigo, enfatizamos que a escolha da cidade do Rio de Janeiro se faz presente porque a história da Primeira República no Brasil é indissociável dos acontecimentos ocorridos nessa cidade. Dessa forma, para compreendermos a contribuição da literatura na interpretação do período em destaque, precisamos conhecer a história da literatura brasileira, assim como, as mudanças sociais ocorridas na cidade carioca.

Os intelectuais literatos e a busca pela modernidade político-social

Nos anos finais do Império grande parte dos intelectuais brasileiros já descortinava o desfecho final da Monarquia. O cenário mundial havia mudado e com ele o pensamento de muitos homens do século XIX. As revoluções liberais e a tecnologia trazida pela modernidade faziam com que o país ainda monarquista, agrário e detentor de mão de obra escrava representasse um atraso perante as nações agora republicanas, industrializadas e com mão de obra baseada no trabalho livre.

De acordo com Lippi (1990: 187) os intelectuais brasileiros se dividiram basicamente em dois grupos distintos. De um lado estavam os defensores de uma identidade nacional baseada na sociedade imperial e suas tradições, tendo em D. Pedro II um exemplo de governante amante das artes e da ciência. Tal grupo defendia a singularidade da nação brasileira, representada por uma aristocracia branca, e, discordava do mais novo modelo existente na América: a democracia dos Estados Unidos. Conforme Berriel (2003: 88) dentre esse grupo podemos destacar: Eduardo Prado, Barão do Rio Branco, Magalhães de Azevedo, Graça Aranha, José Veríssimo, Domício da Gama e Joaquim Nabuco. O primeiro, inclusive, se incomodava com “vitória da burguesia, impondo, num mundo sem tradições, uma nova ordem de valores alicerçados na onipotência do dinheiro”. O grupo contrário era formado por intelectuais que vislumbravam no Brasil uma República que rompesse com o passado luso, um regime político nos moldes da democracia americana. Isso é, buscavam a modernização no regime político.

Luca (2003: 43) destaca que a modernidade impregnava o cotidiano dos homens não somente nas grandes obras, que no Brasil viriam a ocorrer no início do século XX, mas, com novos artefatos, maravilhas da ciência que “inauguravam outra sensibilidade e alteravam valores, comportamentos, papéis e relações sociais”. As distâncias no espaço e tempo eram encurtadas por bondes, automóveis, telefones, jornais que “impunham outra dinâmica à vida, encurtavam distâncias, transformavam os modos de percepção, esfumaçavam as fronteiras entre o real e o fictício”, onde:

Tempo e espaço deixaram de ser percebidos como absolutos (...) na experiência diária, marcada pelo ritmo apressado, impaciente e nervoso das metrópoles nascentes. O passar das horas não deveria ser contemplado, mas tornado útil, comprimido e racionalizado, ao passo que o espaço, distância a ser vencida com maior brevidade possível, fundia-se num embriagante contínuo de imagens desfilando sobrepostas, graças aos efeitos da modernidade (Luca, 2003: 43).

Essa modernidade mexeu com muitos intelectuais que se viam como representantes da mudança que deveria ocorrer no Brasil, e, nesse intuito muitos deles se filiaram ao partido Republicano ou lutaram pela abolição da escravidão. Para nomear alguns, destacamos: Coelho Netto, Olavo Bilac, Raul Pompéia, Aluísio Azevedo, Pardal Mallet e Valentim Magalhães.

Esses jovens literatos faziam parte de um grupo que, saídos quase sempre dos bancos acadêmicos, despontou na Corte Imperial buscando nas letras seu sustento. Iam à esteira de romancistas já consagrados como: Joaquim Manuel de Macedo, José de Alencar, Machado de Assis, porém, diferenciando-se desses devido aos novos estilos literários e o desejo e crença de transformar a sociedade brasileira por meio de ideais abolicionistas e republicanos (Pereira, 2003).

Chalhoub (2002), principalmente a respeito de Machado de Assis, acredita que os escritores por meio de seus romances testemunhavam o desgaste da monarquia no Brasil. Para Pereira (2003: 53) se pensadores como Joaquim Manuel de Macedo, José de Alencar, Machado de Assis deixavam a questão político-social “entre linhas”, os jovens literatos que fervilhavam seus rebentos textos na década de 1880 se acreditavam incumbidos do papel de pensar novos rumos para a sociedade brasileira, onde “a atrasada sociedade escravocrata, monarquista e paternalista seria substituída por uma mais moderna dotada de bases liberais, onde a República e o trabalho livre formariam uma nova Nação”. E assim o fizeram. O fim da escravidão e a mudança no regime político tiveram dentre seus defensores e militantes os jovens literatos acima listados.

Por mais que tenham lutado contra a escravidão, não lutaram pela inserção do negro na nova sociedade, como demonstra o jornal *O Meio*⁴, ironicamente intitulado por seus criadores Paula Ney e Pardal Mallet, como “social, político, literário e artístico”. Segundo Pereira (2003) os editores do jornal *O Meio* valorizavam as

práticas culturais de tradição europeia em detrimento das práticas populares de tradição negra que eram duramente criticadas nas páginas do jornal.

Certamente os editores do jornal *O Meio*, embebidos das modernas teorias importadas da Europa,⁵ afirmavam nessas críticas a defesa do ideal positivista e evolucionista de implantar no Brasil uma sociedade branca. Tal pensamento, tão característico de grande parte dos governantes e intelectuais brasileiros nas últimas décadas do XIX, buscava no branqueamento, na europeização do povo brasileiro como um meio de identificação com as modernas nações do velho mundo.⁶

De acordo com Lucia Lippi (1990: 191) os intelectuais que defenderam a implantação da República no Brasil não conseguiram ir muito além dos pressupostos cientificistas e racistas ditados pelas modernas democracias europeias. Alguns deles, como:

Silvio Romero, Euclides da Cunha e Graça Aranha, para citar figuras expressivas, estão preocupados com a nacionalidade, querem soerguer o Brasil, mas ficam limitados pelos impasses advindos das teorias da época, que eles aceitam e postulam (Lippi, 1990: 191).

Coração (2013) denota que seduzidos pelos ideais de abolição, República e democracia, os literatos, escritores, jornalistas e intelectuais foram tomados por um conformismo, por uma atitude de conciliação. Apáticos com o cenário que se instalou após a tríade citada acima, os homens de letras não se sentiram socialmente vinculados com as vítimas, alijadas e segregadas pela República nascente.

Os anos passaram e as lutas ideológicas dos jovens literatos do final do século XIX em parte se concretizaram, pois, a República foi proclamada e o trabalho escravo abolido. O Brasil havia se modernizado seguindo os Estados Unidos e a Europa como modelo para tais transformações. Por terem feito parte dos grupos que motivaram tais mudanças, esses escritores acabaram por se enquadrar na nova sociedade, já possuindo no início do século XX o reconhecimento e os cargos públicos tão sonhados quando jovens. Em contrapartida, essa assimilação não significava incondicional apoio e satisfação com o novo regime, inicialmente marcado por uma república de cunho militar, e, posteriormente por uma República do mandonismo das grandes famílias agroexportadoras.

Logo, ocorreu uma fragmentação do pensamento intelectual brasileiro. Tal cisão levou a duas vertentes: uma de vida literária alicerçada na chamada *Belle Époque* carioca e outra de uma precarização intelectual da condição de artistas e escritores nacionais (Coração: 2013).

À parte desse grupo de literatos que se assimilou à nova sociedade, mesmo desiludidos com os rumos tomados, existiam aqueles que eram reconhecidos como mais críticos e combativos às transformações sociais e políticas que se operaram na sociedade brasileira de fins do século XIX e início do século XX. Esse grupo possuía como maiores representantes, apesar de suas divergências ideológicas, Lima Barreto

e Euclides da Cunha. Ambos criticavam a sociedade liberal que emergiu do republicanismo. Faziam-no por motivos diferentes, e, as propostas de regeneração da sociedade eram ainda mais conflitantes.

Lippi (1990: 116) destaca que Euclides da Cunha e Lima Barreto não se enquadraram na literatura tradicional, patriota extremada e afeita aos rigores gramaticais. Pelo contrário, teceram suas ideias com maior liberdade de expressão e crítica à política republicana que então se instalara no Brasil. De acordo com a autora, ambos “com todas as diferenças que os separam, podem ser vistos como consciências críticas da vida literária e intelectual da época”.

Essas “consciências críticas” tiveram como cenário mais frutífero a capital brasileira no período de sua modernização. Foi nesse contexto de reforma da cidade do Rio de Janeiro, inserido na chamada *Belle Époque*, que essas mentes críticas e descortinadas às questões sociais, puderam enxergar o que seus contemporâneos literatos não viam: o lado nefasto da modernidade que ali se instalava. Então, vamos a ele.

A modernização da cidade do Rio de Janeiro: palco para as análises literárias

Dentro do campo de análise, conhecido como história urbana, encontramos abordagens cada vez mais pautadas em interdisciplinaridades, mediante o diálogo com outros campos do saber, como a literatura, sociologia, a economia, a arquitetura e a política, o que para Raminelli (1997) configura-se como a “nova história urbana”. Tal posição se reveste de importância significativa na medida em que a cidade passa a ser vista como o resultado da conjugação de elementos econômicos, sociais e culturais, um campo em processo de construção, organização viva e ativa (Rostoldo, 2008).

Essa análise interdisciplinar almejada pelos estudiosos da história urbana, muito tem a usufruir das memórias dos literatos, seja em obras ficcionais ou mesmo da crítica social exposta pelos escritores nas páginas dos jornais. Essa contribuição é vasta não somente no caso do áureo período literário da *Belle Époque* no Brasil, mas também em situações onde o recorte temporal e espacial é outro, como, por exemplo, na França de finais do século XIX. Em Paris, como no Rio de Janeiro, as questões sociais eram interpretadas de formas alhures pelos intelectuais da época. Existiam aqueles que de tudo se agradavam e consentiam e outros que viam o mundo a sua volta como um mar turbulento e cheio de contradições. Paris e Rio de Janeiro possuem mais em comum do que uma reforma urbana de cunho modernizante. Possuem mentes inquietas com os resultados que a modernidade impunha à época.

A influência modernizante de Paris sobre a cidade do Rio de Janeiro e como ela se tornou, para uma parcela da sociedade, uma contraditória e indesejável permanência, é apresentada a seguir.

No Rio de Janeiro a reforma urbana seguiu os padrões da reforma orquestrada pelo barão Georges Eugène Haussmann. Esse não seria um modelo apenas para o Brasil, mas para várias cidades do mundo, uma vez que os padrões urbanistas lançados por Haussmann representavam o ápice da modernidade urbana, baseados em três ideais: higienização, embelezamento e racionalização. Com esse tripé buscava-se uma *urbe* civilizada em detrimento de uma cidade de aspectos medievais que, em parte, favoreciam a aglomeração de pessoas e moradias sem infraestrutura (Follis, 2004). Os padrões de civilização e a modernidade chegavam de Paris no início do século XX não somente para embelezar a capital brasileira, mas alijar uma indesejável escória de usufruir das benesses que a modernidade era capaz de proporcionar. Esse era o desejo de modernidade e civilização da aristocracia e certos intelectuais brasileiros, que foi colocado em prática na cidade do Rio de Janeiro.

Podemos afirmar que foi na cidade onde ocorreu a aplicação dos princípios e práticas que condiziam com uma realidade de ruptura com o passado, pois a modernidade nega o que ficou para trás, erigindo-se a partir dessa dicotomia. As práticas modernas foram edificadas, criando uma espécie de sedução sobre os indivíduos, ávidos em se tornarem modernos.⁷ Esses cenários serviriam de palco para as grandes transformações urbanas, verdadeiras vitrines, no sentido material e cultural, da modernidade.⁸

A modernidade terá nas cidades o grande espaço de atuação, baseando-se em grandes transformações e rupturas. É a ótica do progresso que passava a imperar, “expandindo o sentimento de civilidade expresso, principalmente, nas formas modernas de interações sociais; agir, pensar e se sentir de forma moderna, ou seja, estabilizar e propagar a cultura do moderno” (Rouanet, 1999 apud Siqueira, 2010: 566).

O período que também nos chama a atenção é a *Belle Époque*, momento em que o fascínio com as transformações ainda permitia sonhar com um futuro próspero, ápice do sentimento de se viver em uma era de transformações originadas pelas revoluções francesa e industrial. No entanto, que carregava consigo ainda dois mundos, um em transformações, modelo, o outro, o do atraso, que ainda não fora, mas precisava ser transformado. Na Europa, o medieval, no Brasil, o colonial.⁹

Iniciada na década de 1850 por Haussmann, a reforma urbana realizada em Paris¹⁰ sob a tutela do imperador Luís Napoleão, seria extremamente marcante. Esse fato assinalou a transformação de uma cidade, que passaria a ditar as regras de uma nova era, especialmente para o Ocidente, transformando o espaço urbano e o imaginário popular, ou, como diz Berman (2003), a alma do cidadão, em muitas metrópoles: era a disseminação da “cultura do moderno”.

Logo, a capital francesa torna-se referência como cidade irradiadora de cultura, consumo e entretenimento, tornando-se a catedral da modernidade, e o reformista, o Barão de Haussmann, o profeta. Seu paradigma tornou-se referência básica, in-

clusivo para os higienistas, ao enfatizar uma ruptura com o passado, distanciando-se das deterioradas cidades do Antigo Regime. Em suma, higienizar significava romper com o antigo. Segundo Ferreira (2009: 59):

O projeto posto em prática adotou um partido urbanístico que não permitia referências à tradição e à memória da comunidade, mas visceralmente ligado ao impacto deslumbrante que a técnica moderna era capaz de produzir no indivíduo. Essa experiência conseguiu, através do poder das técnicas modernas, destruir e recriar a própria cidade. A sociedade foi submetida à sensação única e intransferível de deslumbramento que a monumentalidade e os demais atributos da cidade-espetáculo poderiam proporcionar ao indivíduo moderno.

Para colocar suas teorias em prática, o barão de Haussmann tinha como metas a demolição e a construção. A cidade antiga de Paris foi demolida praticamente por completo para em seu lugar surgir um novo símbolo da modernidade francesa: a cidade luz. Nesse novo espaço de *glamour* não havia lugar para os pobres trabalhadores que foram expulsos para as áreas periféricas, subúrbios insalubres e sem infraestrutura. A população perigosa era destinada ao seu devido lugar, longe da sociabilidade da burguesia abastada.¹¹

No caso do Brasil, as reformas se iniciaram sob o governo republicano que enfrentava uma incógnita cuja resolução mudaria a vida de um povo: como alcançar um estado civilizatório nos moldes europeus? Tamano (et al., 2011: 762) destaca que “era urgente adiantar os ponteiros do tempo e acelerar o processo de modernização”, mas esse desejo elitista esbarrava em um volumoso e denso obstáculo: a classe pobre. Nesse cenário, os higienistas viam a aglomeração dessa população pobre como reducto de vícios e moléstias, enquanto os defensores das teorias raciais proclamavam a realidade catastrófica na qual o povo brasileiro se encontrava: a miscigenação com o negro, a afrodescendência, uma existência “entre o céu e o inferno da mestiçagem”. Por fim, coadunando com ambas as teorias os empregadores “qualificavam as camadas miseráveis como inaptas para o trabalho”, sendo, mesmo dentro desse contexto, preferível a mão de obra branca à negra.

Para a elite carioca urgentemente deveria se executar as reformas de urbanização e saneamento, que tinham como plano de fundo um contexto de defesa de teorias raciais. Como destaca Marins (1998), as elites emergentes acreditavam que tinham a missão de livrar o país do atraso colonial e imperial que, no início do período republicano, ainda era muito latente em um espaço urbano com ruas populosas, barulhentas e sujas, habitações superlotadas e epidemias constantes que assolavam as cidades. Todo esse cenário representava um verdadeiro tumulto e desordem que não combinava com a cidade moderna à qual as elites cidadinas aspiravam.

As obras de embelezamento e saneamento da cidade do Rio de Janeiro, apelidada pelos populares de “bota-abaixo” extinguiram as condições de habitação popular, os cortiços¹², que havia no centro antigo, banindo grande contingente de moradores que se dispersaram pelos subúrbios, pelas “casas de cômodos” do entorno imediato e pelas favelas, que passaram a fazer parte da imagem urbana carioca num contraponto à modernização (Vaz, 1994).

Logo, compreendemos que no Brasil o ímpeto modernizador também expulsou famílias de suas moradias em nome de um progresso que trazia na bagagem a ideologia do embelezamento e da higienização, que almejava “europeizar” não somente a estrutura física da cidade, mas sua população. Nas últimas décadas do século XIX, o positivismo, o racionalismo e o modernismo desembarcaram no porto carioca a tiracolo de teorias raciais de embranquecimento defendidas pela antropologia evolucionista europeia. Todo esse aparato ideológico influenciou nas medidas tomadas pelo poder público na cidade do Rio de Janeiro.

As obras que aproximariam a capital brasileira do *glamour* parisiense começaram pela derrubada de diversas habitações, abertura de avenidas e ampliação do porto. Porém, como destacou o escritor contemporâneo Lima Barreto do *glamour* só ficaram as reformas (apud Kok, 2005: 25):

Apesar do luxo tosco, bárbaro e branco dos palácios e “perspectivas” cenográficas, a vida das cidades era triste, de provocar lágrimas. A indolência dos ricos tinha abandonado as alturas dela, as suas colinas pitorescas, e os pobres, os mais pobres, de mistura em toda espécie de desgraçados, criminosos e vagabundos, ocupavam as eminências urbanas com casebres miseráveis, sujos, feios, feitos de tábuas de caixões de sabão e cobertas com folhas desdobradas de latas em que veio acondicionado o querosene.

Quanto à higiene e insalubridade dessas moradias coletivas, o escritor João do Rio¹³ (apud Sevcenko, 2003: 56-57) nas crônicas *A alma encantadora das ruas* relata sua desagradável experiência em uma moradia coletiva, como segue:

Estávamos no beco dos Ferreiros, uma ruela de cinco palmos de largura, com casas de dois andares, velhas e a cair. (...) a miséria besunta de sujo e de gordura as antigas pinturas. Um cheiro nauseabundo paira nessa guela desconhecida. [entrando nas moradias] começamos a ver o rés do chão, salas com camas enfileiradas como nos quartéis, tarimbas com lençóis encardidos, em que dormiam de beigo aberto, babando, marinheiros, soldados, trabalhadores de face barbada. Uns cobriam-se até o pescoço. Outros espaçavam-se completamente nus (...). Trepamos todos por uma escada íngreme [de acesso ao segundo andar]. O mau cheiro aumentava. (...) A respiração tornava-se difícil. (...) Os agentes abriam caminho, acordando a canalha com a ponta

dos cacetes. Eu tapava o nariz. A atmosfera sufocava. Mais um pavimento e arrebentariamos. Parecia que todas as respirações subiam, envenenando as escadas, e o cheiro, o fedor, um fedor fulminante, impregnara-se em nossas próprias mãos, desprendia-se das paredes, do assoalho carcomido, do teto, dos corpos sem limpeza. (...) não se podia andar sem esmagar um corpo vivo. (...) Desci. Doíam-me as têmporas. Era impossível o cheiro de todo aquele entulho humano.

A derrubada das moradias coletivas fazia parte da modernização física e civilizacional que se desejava na cidade do Rio de Janeiro. A paisagem carioca mudaria definitivamente após o regime implantado em 1889 que tentava revestir-se do moderno, estando vários governantes empenhados em transformar cidades e romper com os resquícios coloniais, ou seja, com o passado, imitando Paris. Destruir o antigo, substituindo-o pelo novo significava ser moderno, e isso passaria pela oposição com a noção de colonial, para expressar as permanências negativas na *urbe* do período da dominação portuguesa, conforme vimos, a questão do ordenamento do espaço urbano e da higiene. Caso ilustrativo foi o discurso do médico e vereador carioca Pereira Rego, opondo “civilização” e “colonial”, ao afirmar que:

O aperfeiçoamento e progresso da higiene pública em qualquer país simboliza o aperfeiçoamento moral e material do povo, que o habita; é o espelho, onde se refletem as conquistas, que tem ele alcançado no caminho da civilização. (...)

Entre nós, porém, força é confessar que as municipalidades (...) têm-se esquecido um pouco dos melhoramentos materiais do Município e do bem-estar, que deles pode resultar a seus concidadãos, tanto sobre alguns pontos essenciais e indispensáveis ao estado higiênico, parece que ainda nos conservamos muito próximos aos tempos coloniais (AGCRJ apud Chalhoub, 1996: 34).

Era necessário dar uma roupagem nova a um novo regime, implantar a civilização nos trópicos, desconstruindo a imagem ruim que alguns viajantes levaram para o exterior, a respeito do Brasil. As exposições universais tinham um papel importante nisso, chegando inclusive o Brasil a realizar uma, de caráter mais nacional, em 1908.

Fundamental também para transformar o velho no novo, além de um modelo estrangeiro a ser seguido, foram as mudanças institucionais que a própria República havia criado, bem como um contexto externo favorável: liberdade de organização empresarial, *que permitiu em curto prazo o início da exploração dos recursos tecnológicos já disponíveis no mercado internacional, para o desenvolvimento urbano*; a autonomia aos estados¹⁴ se decida: na nota Estado e aqui estado, tanto econômica quanto política, para instalar infraestrutura e os equipamentos de seus interesse para o melhoramento

das cidades; e a oferta de produtos e equipamentos a baixo valor no mercado internacional (Reis Filho 2000: 100-101).

Almejava-se uma nova “roupagem” para um mesmo “corpo”, pois o Brasil permaneceria baseado em um regime agroexportador, herança colonial, que, contraditoriamente, seria a base de sustentação financeira dessas transformações. A elite copiava do mundo dito civilizado aquilo que melhor lhe aprouvesse, consumindo seus produtos, mas se esquecendo dos pobres e sem o compromisso de alterar a estrutura econômica vigente, reforçando-a, aliás, em diversas oportunidades.

Desejosos de promover a reforma e modernização, os dirigentes políticos brasileiros buscavam esquecer um passado imperial considerado inglório, sinônimo de atraso, e, no alvorecer da República elevar o país à categoria de nação civilizada, moderna. Porém, “a carroça foi colocada na frente dos bois” e o que houve foi uma modernização do espaço físico da cidade, sem, no entanto, ocorrer uma modernização dos espíritos que nela viviam. Em nossa *res publica* a ideologia de modernidade urbana desembarcou de navios franceses sem trazer consigo o apreço pelos direitos civis e políticos tão agraciados por qualquer cidadão europeu à época. O resultado foi uma reforma e embelezamento, que mostrou sua horrenda face: o saneamento social.

Promover a reforma e modernização urbana sem investimento em infraestrutura social levou à marginalização dos pobres, em sua quase totalidade negros, que foram expulsos de suas moradias, empurrados para os morros; e incentivou um antigo projeto de embranquecimento da nação que ceifou a vida de milhares de brasileiros que não tiveram acesso ao tratamento de várias doenças pelo simples fato de os esforços governamentais se concentrarem basicamente sobre a febre amarela, doença tida como aliada dos negros e inimiga dos imigrantes brancos.

Modernidade, urbanização, saneamento espacial e social fizeram parte de uma proposta de renovação da nação por meio de sua capital sob a égide de uma jovem República governada por mentes arcaicas. No que se refere a esse momento específico aqui discutido, a tão desejada modernidade chegou à cidade do Rio de Janeiro e se assentou sobre a velha mentalidade de “colocar a carroça na frente dos bois” de “varrer a sujeira para debaixo do tapete”. No nosso caso, a reforma urbana pouco modernizou e, como tanto criticava Lima Barreto, os cidadãos a quem mais essa proposta deveria interessar foram jogados para debaixo do tapete, ou melhor, empilhados em casas de papelão e latas de querosene, tão frágeis e inflamáveis quanto a cidadania de seus habitantes.

Inglória modernidade: a crítica barretiana sobre a Belle Époque no Rio de Janeiro

À luz de Sevcenko (2003: 21) iniciamos a última parte desse artigo discutindo a importância da literatura na compreensão de determinado momento histórico. Para

o autor, a literatura versa sobre uma história que não aconteceu, sobre as impossibilidades, sobre os planos frustrados, sobre as tristezas dos perdedores, sobre os “homens que foram vencidos pelos fatos”, porém todos pertencentes a uma dada realidade.

Concordamos que a literatura é *a priori* um produto artístico criado no intuito de agradar e comover, mas “como se pode imaginar uma árvore sem raízes, ou como pode a qualidade de seus frutos não depender das características do solo, da natureza, do clima e das condições ambientais?” (Sevcenko, 2003: 21).

Compreenderemos a partir de então a importância da literatura barretiana na análise da *Belle Époque* carioca e como os ideais desse homem de letras se transformaram em uma missão construída ao longo de sua vida.

Sobre o literato, Silva (2013: 1) afirma que suas obras representam “um registro importante da história e pensamento nacionais”, cuja produção ficcional é permeada de depoimentos pessoais que se constituem em críticas contundentes de um brasileiro que por meio do exercício literário desenvolveu um “discurso próprio e idealista de nação e cidadania”. A autora destaca que a experiência de vida de Lima Barreto, o proporcionou um olhar diferenciado sobre a sociedade na qual vivia e “(...) é graças a essa experiência incômoda da própria marginalidade que hoje se tem a riqueza de uma literatura combativa, transgressora e polêmica”. Os escritos barretianos, segundo Silva (2013: 2) transitam entre o ficcional, autobiográfico, histórico e crítico num contexto no qual o autor estava sempre atento às mudanças socioculturais de seu tempo. Assim (2013: 6):

(...) a visão aguçada e o senso crítico de Lima Barreto, espelharam-se na própria experiência de pobreza e situação social suburbana, e em sua condição de vítima do preconceito racial. Torna a sua obra uma crônica autêntica dos subúrbios cariocas, de um povo pobre e oprimido, em contraposição ao universo da burguesia medíocre e vazia, e da opressão de militares e políticos poderosos e incompetentes.

Lima Barreto nasceu em uma família humilde. Seu pai foi um tipógrafo mulato que defendendo os ideais liberais perdeu o emprego com o advento da República. Sua mãe, também mulata, era neta de escrava alforriada e trabalhava como professora. Após o nascimento de seus quatro filhos, adoeceu e nunca mais se recuperou. Morreu jovem, de tuberculose. A doença da mãe que a impossibilitava de trabalhar piorou a situação financeira da família. Os dois empregos que João Henrique possuía em dois jornais diferentes não eram suficientes para saldar as dívidas de empréstimos, que havia contraído para comprar os remédios da esposa, nem para alimentar dignamente a família. Com a chegada da República, João Henrique perderia seu emprego como tipógrafo por ser reconhecido como um liberal. Os anos de dificuldade o levaram à extrema loucura, e, em 1902 Lima Barreto é obrigado a desistir dos estudos na escola politécnica para trabalhar e manter o sustento da família (Sant'Anna, 2008).

Para sustentar as oito pessoas de sua família, Lima Barreto realizou uma prova para o cargo de amanuense no Ministério da Guerra. E assim começou sua dupla jornada, uma como funcionário subalterno e outra como literato inquieto frente às mudanças de seu tempo. Enquanto jornalista começa a trabalhar no Correio da Manhã em 1905 onde fez várias reportagens que lhe renderam as crônicas sobre as escavações no Morro do Castelo, na cidade do Rio de Janeiro. De qualquer forma, não estava feliz com a realidade que via e vivia, como relatado em seu diário em janeiro de 1904:

Dolorosa vida a minha! Empreguei-me há 6 meses e vou exercendo as minhas funções. Minha casa ainda é aquela dolorosa geena pra minh'alma. É um mosaico tétrico de dor e de tolice. Meu pai, ambulante, leva a vida imerso na sua insânia. Meu irmão, C..., furta livros e pequenos objetos para vender. Oh! Meu Deus! Que fatal inclinação desse menino! Como me tem sido difícil reprimir a explosão. Seja tudo que Deus quiser! A Prisciliana e filhos, aquilo de sempre. Sem a distinção da cultura nossa, sem o refinamento que já conhecíamos, veio em parte talvez prender o desenvolvimento superior dos meus. Só eu escapo! (DI, 1956: 41 apud Knabben, 2010).

Não mais podendo seguir com os estudos, sua formação intelectual se fez de forma autodidata. Montou em sua casa uma biblioteca, carinhosamente chamada por ele de “limana”, que possuía dentre alguns títulos: Dostoievsky, Cervantes, Eça de Queiroz, Kant e o francês Anatole France (Sant´Anna, 2008).

Certamente a leitura desses autores contribuiu para aguçar ainda mais a criticidade desse jovem que acreditava que a literatura deveria ser utilizada com um viés social, no qual o registro e crítica sobre os acontecimentos históricos embasavam a elaboração de um projeto social de transformação da realidade. E, no caso em questão, uma realidade desigual e sofrível.

Na elaboração de suas obras, Lima Barreto buscava seguir os pressupostos do naturalismo francês, o qual ditava aos homens de letras buscar o máximo de realidade e compor as obras com um mínimo de ficção. Em contrapartida, Barreto acreditava que a realidade seria mais bem compreendida com uma boa dose de ficção, preferencialmente ficção crítica e caricatural (Sevcenko, 2003: 200).

Para Silva, essa realidade poderia ser percebida na:

Sensibilidade (...) para as questões sociais brasileiras [que] emergia em seus escritos jornalísticos ou ficcionais, muitas vezes, deixando transparecer, em fina ironia, um amargo inconformismo ante a situação contrastiva, em que conviviam, em aparente harmonia, opressor e oprimidos, detentores do poder e a plebe alienada, enquanto cada vez mais se agravavam os males sociais brasileiros (Silva, 2013: 11).

Assim, Lima Barreto ia às ruas em busca de fatos que, caricaturados, comporiam a dura realidade daqueles indivíduos que, como ele próprio, partilhavam do submundo a que estavam relegados. Sevckenko (2003) acredita que nosso homem de letras se auto-identificava nas crônicas e personagens que narrava de forma que escrevia seus textos “sabendo que não existia, como de fato jamais poderá existir, a tão propalada, e nem por isso verdadeira, neutralidade jornalística (Sant’Anna, 2008).

Silva (2013: 18) confirma a importância das obras barretianas para a análise da vida carioca ao destacar que “no desenrolar das cenas, sempre a História emerge, assim como emergem as paisagens, motivando as reflexões metafísicas de personagens que se tornam o alterego do autor”, de forma que suas memórias pessoais perpassam seus escritos quando ao registrar a trajetória de seus protagonistas, acaba por tecer um documentário vivo e das consequências sócio-econômico-culturais promovidas pela modernização do país. Por meio da caricaturização da burguesa sociedade carioca, emergente da modernidade, Lima Barreto mostra sua indignação a respeito da sociedade que surge no alvorecer do século XX.

Lima Barreto se desagradava daquela sociedade republicana que ele viu surgir ainda criança, quando mal podia medir as consequências da mudança política, mas que com o passar dos anos teve a oportunidade de compreender da pior forma possível: vivenciando as dificuldades econômicas, as mudanças nos valores sociais, o preconceito eugenista, a punição por não se enquadrar nos padrões “modernos” de agir, pensar e sentir. Para ele progredir, evoluir, como ditavam os positivistas, era nada mais que retomar os valores do passado. Valores morais e comportamentais de uma época que foi esquecida com o advento da República. Para Sevckenko (2003: 212) ele estava “preso a um passado compreendido como glorioso e fecundo capaz de redimir a mesquinhez do tempo atual”.

A República e os ideais de modernidade que com ela vieram “à tiracolo” não transformaram o Brasil em uma nação moderna. No novo e “moderno” regime político, a quase totalidade dos cidadãos não podiam participar da política devido ao voto censitário e à República ora militarizada ora aristocrata; a organização econômica solapava os cofres públicos e os bolsos dos trabalhadores com as medidas que eram tomadas visando o desenvolvimento do país, como o encilhamento e controle do câmbio; o país continuava analfabeto e vendo a maioria de sua população, afro-descendente, sofrer com a falta de emprego e moradia digna. Esse era o cenário no qual Lima Barreto digladiava com seus fantasmas, que talvez não seriam diferentes durante o Império, mas que naquele momento eram os que se materializavam perante seus olhos todas as vezes que saía às ruas cariocas em busca de inspiração ou mesmo de histórias para compor suas crônicas jornalísticas. Por todos esses motivos, esse homem de letras não podia ficar alheio. Era preciso agir, e, assim o fez.

Para Sevckenko (2003: 232) os textos de Lima Barreto deixam perceptível a junção do homem de letras e do homem de ação, “metamorfoseados em escritor-cidadão”, como consta de seus próprios escritos,

A importância da obra literária que se quer bela, sem desprezar atributos externos da perfeição da forma, de estilo, de correção gramatical, de ritmo vocabular, de jogo de equilíbrio das partes em vista de um fim, de obter unidade na variedade, uma tal importância (...) deve residir na exteriorização de um certo e determinado pensamento de interesse humano, que fale do problema angustioso do nosso destino, em face do infinito mistério que nos cerca e aluda às questões de nossa conduta na vida (Barreto, apud Sant´Anna, 2008: 76).¹⁵

Esse escritor-cidadão se aproveita do maior veículo de transformação que existia na época: a imprensa. Por meio do jornalismo e da publicação de obras literárias busca maior destaque para as questões sociais, de cunho coletivo. A literatura romântica não encontra em Lima Barreto um porto seguro, uma vez que o autor expõe questões coletivas que exigiam em grande parte uma solução por parte dos agentes públicos. Fazia críticas e denúncias no intuito de conscientizar seus leitores da realidade à qual estavam expostos e que não condizia com o que realmente representava a *res publica*, como segue, sobre a ditadura republicana:

Eram os adeptos desse nefasto e hipócrita positivismo, um pedantismo tirânico, limitado e estreito, que justificava todas as violências, todos os assassinatos todas as ferocidades em nome da manutenção da ordem, condição necessária ao progresso (Barreto, 1952: 187).

Percebe-se que Lima Barreto compreendia e vivia o papel do escritor como um intelectual engajado. Utilizava a literatura como “meio de militância e de combate político, não somente um produto estético, mas também ideológico, que pudesse tratar das aflições da humanidade” (Sant´Anna, 2008: 60). Lima Barreto tinha realmente, como constata Sevckenko (2003), a “literatura enquanto missão”. Missão essa que podemos compreender a partir de suas próprias palavras:

Sou homem da cidade, nasci, criei-me e eduquei-me no Rio de Janeiro; e, nele, em que se encontra gente de todo o Brasil, vale a pena fazer um trabalho destes, em que se mostre que nossa cidade não é só a capital política do país, mas também espiritual, onde se vêm resumir todas as mágoas, todos os sonhos, todas as dores dos brasileiros (Barreto, apud Sant´Anna, 2008: 115).¹⁶

Essa literatura engajada tida como “uma missão” foi belissimamente estudada por Sevckenko (2003) que destacou que “um texto neutro pode divulgar ideias”, mas, a literatura mexe com o espírito e com a consciência ética.

As obras criadas por Lima Barreto revigoraram e mantiveram vivos os desejos e críticas que certamente eram comungados por outros espíritos tão atormentados pelas injustiças sociais, quanto o seu.

Lima Barreto foi um homem à frente de seu tempo, que promoveu uma literatura engajada e militante, que, incompreendida à sua época, não lhe rendeu o reconhecimento devido. Tantas mazelas vistas e vividas acabaram por minguar aos poucos a vida do promissor literato, embebido no alcoolismo, tido como louco e que aos 41 anos morreu na miséria.

Considerações finais

Esse artigo buscou analisar a importância de Lima Barreto na interpretação histórica sobre o período da *Belle Époque* na capital brasileira. Esse foi um período de grandes mudanças não somente na paisagem da cidade que foi modificada pela reforma urbana de cunho modernista, mas também na mentalidade coletiva que passava a ser moldada pelos ditames da *cultura do moderno*.

Os escritos dos literatos da época, na grande totalidade publicados em jornais, compõem um relato vivo das mudanças que ocorriam na sociedade brasileira do início do século XX. Com um teor mais ou menos ficcional, esses homens de letras observaram, criticaram e buscaram intervir no mundo no qual viviam, por meio da responsabilidade que acreditavam ter. A literatura realmente foi tida por alguns literatos como uma missão, a exemplo de Lima Barreto. A missão de conscientizar a população brasileira dos seus direitos de cidadania, principalmente aquela que vivia em risco social. Direitos que ainda demorariam algumas décadas para serem colocados em prática naquela jovem República.

Leandro do Carmo Quintão
Professor do Instituto Federal do Espírito Santo (IFES)
leandroquintao83@yahoo.com.br

Kellen Jacobsen Follador
Doutoranda em História pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)
kellenjf@yahoo.com.br

Recebido em abril de 2013.

Aceito em junho de 2013.

Notas

1. Utilizamos na elaboração desse artigo a edição publicada em 2003.
2. “A Semana”, *Gazeta de Notícias*, 11/08/1895.
3. “Miragem”, *Gazeta de Notícias*, 16/08/1895.
4. O jornal foi criado em 17/08/1889.
5. Essa proposta governamental estava baseada em teorias raciais científicas como o evolucionismo e darwinismo social. Durante o século XIX a superioridade branca

européia era considerada como uma evolução natural da espécie, fazendo-se uma analogia à escala evolutiva de Charles Darwin. Os sociólogos interpretaram o desenvolvimento cultural e tecnológico das sociedades tendo como base as teorias científicas de Darwin.

6. Tamano (et al., 2011) acredita que “procurou-se naturalizar as desigualdades a fim de provar a superioridade branca” para que o europeu não sentisse conflito com seus ideais democráticos e liberais, pois “não fora ele que intencionalmente estabelecera as diferenças entre as raças; ao contrário, elas eram determinadas pela natureza”.

7. Entenda-se “ser moderno” como encontrar-se em um ambiente que promete aventura, poder, alegria, crescimento, autotransformação e transformação das coisas em redor – mas que ao mesmo tempo ameaça destruir tudo o que temos, tudo o que sabemos, tudo o que somos (Berman, 2003: 15).

8. A respeito de uma definição de *Belle Époque*, ver Follis (2004: 15): se caracteriza pela expressão do grande entusiasmo advindo do triunfo da sociedade capitalista nas últimas décadas do século XIX e primeiras do século XX, momento em que se notabilizaram as conquistas materiais e tecnológicas, ampliaram-se as redes de comercialização e foram incorporadas à dinâmica da economia internacional vastas áreas do globo antes isoladas. Época marcada pela crença de que o progresso material possibilitaria equacionar tecnicamente todos os problemas da humanidade.

9. O aspecto colonial e as constantes epidemias que assolavam a capital brasileira prejudicavam os negócios, impedindo investimentos estrangeiros. Assim fazia-se mister modernizar a cidade no que se refere ao seu embelezamento e infraestrutura. A cidade carecia urgentemente de reforma, ampliação do porto e saneamento básico.

10. Tal reforma estendeu-se dos anos de 1853 a 1869.

11. Esse preconceito, expulsão e exclusão podem ser identificados nas mudanças ocorridas na sociedade brasileira no final do século XIX. É certo que o preconceito contra o afrodescendente e o pobre sempre existiram no Brasil, mas a exclusão enquanto mão de obra e a expulsão do convívio com a elite branca são características de um momento no qual a escravidão não mais existe como instituição social. Nesse contexto, a sociedade branca prescinde do trabalho do afrodescendente e prioriza a mão de obra do imigrante europeu.

12. Cortiço: “caixa cilíndrica, de cortiça, na qual as abelhas fabricavam o mel e a cera” (*Dicionário Etimológico Nova Fronteira*). O uso do termo *cortiço* para habitação coletiva provém, provavelmente, da associação que se fazia entre as estalagens e as colmeias: formadas por minúsculos casulos que abrigavam as abelhas-operárias, que passavam o dia trabalhando em meio a intenso zumbido. Outra hipótese, mais remota, sobre a origem do termo se apoia na associação a uma pequena corte, isto é, a um pátio, como no caso alemão, que denomina de “Hof” (corte ou pátio) o conjunto de pequenas casas ao redor de um pátio, e também no caso português, que denomina de “pátio” (em Lisboa) e “ilha” (no Porto) o que chamamos de cortiço (Vaz, 1994: 583).

13. Pseudônimo literário de Paulo Barreto (João Paulo Emílio Cristóvão dos Santos Coelho Barreto). Jornalista, cronista, contista e teatrólogo, nasceu e faleceu na cidade do Rio de Janeiro (1881-1921).

14. Nesse ponto, discordamos de Reis Filho ao afirmar que os municípios também ganharam autonomia. Acreditamos que a Primeira República tenha entregue os municípios ao poder dos Estados (Lessa, 2001).
15. Barreto, Lima. *Impressões de leitura*. São Paulo: Brasiliense, 1956. p.18-19.
16. Barreto, Lima. *Coisas do Reino do Jambon*. São Paulo: Brasiliense, 1956. p. 14.

Referências

- BARRETO, Lima. *Policarpo Quaresma*. São Paulo, 1952. p. 187.
- BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- BERRIEL, Carlos Eduardo O. Vida literária no período Prudente de Moraes (1894-1898): Eduardo Prado, pensamento oligárquico e restauração monárquica. In: CAMILOTTI, Virgínia C.; NAXARA, Márcia R. C. e SILVA, Fernando T. da (Orgs.). *República, Liberalismo, Cidadania*. São Paulo: Unimep, 2003. p. 83-105.
- CHALHOUB, Sidney. *Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- _____. *Machado de Assis, historiador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- CORAÇÃO, Cláudio Rodrigues. *Resistência, missão e solidariedade: emblemas de Lima Barreto apropriados por João Antônio*. Disponível em: www.bocc.ubi.pt
- FERREIRA, Gilton Luís. *Um desejo chamado metrópole: a modernização da cidade de Vitória no limiar do século XIX*. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas – Universidade Federal do Espírito Santo, 2009.
- FOLLIS, Fransérgio. *Modernização urbana na Belle Époque paulista*. São Paulo: Editora Unesp, 2004.
- KNABBEN, Maria Terezinha. O diário íntimo de Lima Barreto – da intimidade à historicidade e à literariedade. *Eletras*, vol. 20, n.20, jul. 2010.
- KOK, Glória. *Rio de Janeiro na época da Avenida Central*. São Paulo: Bei Comunicação, 2005.
- LIPPI, Lúcia Oliveira. *A questão nacional na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- LUCA, Tania Regina. República Velha: temas, interpretações, abordagens. In: CAMILOTTI, Virgínia C.; NAXARA, Márcia R. C. e SILVA, Fernando T. da (Orgs.). *República, liberalismo, cidadania*. São Paulo: Unimep, 2003. p. 33-51.
- MARINS, Paulo César Garcez. Habitação e vizinhança: limites da privacidade no surgimento das metrópoles brasileiras. In: SEVCENKO, Nicolau. *História da vida privada no Brasil (3)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- PEREIRA, Leonardo A. de M. Uma miragem de República: sonhos e desilusões de um grupo literário. In: CAMILOTTI, Virgínia C.; NAXARA, Márcia R. C. e SILVA, Fernando T. da (Orgs.). *República, liberalismo, cidadania*. São Paulo: Unimep, 2003. p. 53-72.
- RAMINELLI, Ronald. História urbana. In. CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997.
- REIS FILHO, Nestor Goulart. Urbanização e modernidade: entre o passado e o futuro (1808-1945). In: MOTA, Carlos Guilherme (Org.). *Viagem incompleta: a experiência brasileira (1500-2000): a grande transação*. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2000.
- ROSTOLDO, Jadir Peçanha. *A cidade republicana na Belle Époque capixaba: espaço urbano, poder e sociedade*. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social – Universidade de São Paulo, 2008.

SANT'ANNA, Cristina Nunes de. *O cronista político Afonso Henrique de Lima Barreto*. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política – Universidade Federal Fluminense, 2008.

SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão. Tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SILVA, Francis Paulina Lopes da. *O discurso nacionalista de Lima Barreto*. Disponível em: www.fflch.usp.br/dlcv/lport/pdf/slt30/05.pdf

SIQUEIRA, Maria da Penha Smarzarzo. A cidade de Vitória e o porto nos princípios modernos da urbanização no início do século XX. In: *Cadernos Metrôpole*. v.12, n.24. São Paulo: Educ, Jul-dez 2010.

TAMANO, Luana Tiek Omena (et al.). O cientificismo das teorias raciais em O cortiço e Canaã. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*. Rio de Janeiro, v.18, n.3, jul/set 2011, p.757-773.

VAZ, Lilian Fessler. Dos cortiços às favelas e aos edifícios de apartamentos – a modernização da moradia no Rio de Janeiro. *Análise Social*, vol. XXIX (127), 1994, 581-597.

Resumo

Tendo em vista a importância dos estudos literários na interpretação histórica, esse artigo tem como objetivo analisar a contribuição da literatura contemporânea à Primeira República, especialmente a barretiana, na interpretação sobre as mudanças e conflitos sociais ocorridos nos primeiros anos de governo republicano, como também, no período conhecido como *Belle Époque*. Dessa forma, para compreendermos a contribuição da literatura na interpretação do período em destaque, precisamos conhecer a história da literatura brasileira, assim como, as mudanças sociais ocorridas na cidade carioca. O recorte temporal se estende das últimas décadas do século XIX até a primeira do século XX, e, o cenário vislumbrado é a cidade do Rio de Janeiro, então capital da República e abrigo de quase totalidade dos escritores brasileiros.

Palavras-chave

Lima Barreto. Primeira República. Modernização.

Abstract

Given the importance of literary studies in historical interpretation, this article aims to analyze the contribution of contemporary literature to the First Republic, especially barretiana, about changes in the interpretation and social conflicts that occurred in the first years of Republican rule, but also the period known as the Belle Epoque. Thus, to understand the contribution of literature to interpret the period in focus, we need to know the history of Brazilian literature, as well as social changes that occurred in the city of Rio de Janeiro. The time frame spans the last decades of the nineteenth century until the first of the twentieth century, and the scenario envisioned is the city of Rio de Janeiro, then capital of the Republic and under almost all Brazilian writers.

Keywords

Lima Barreto. First Republic. Modernization.